—*—**continuado** alterada ("Lei de Arbitragem Brasileira"). § 2º - A arbitragem será resolvida por um painel de três (3) árbitros. Se houver apenas duas partes na arbitragem, cada parte nomeará um (1) árbitro de acordo com as Regras de Arbitragem e os dois árbitros então designados deverão em conjunto nomear um 3º árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral (o "Tribunal Arbitral"), dentro do prazo de quinze (15) dias a partir do recebimento da comunicação da Câmara Arbitral pelos dois árbitros nomeados anteriormente. Se houver múltiplas partes, seja como requerentes ou requeridos, o grupo de requerentes, em conjunto, deverá nomear um árbitro, enquanto o grupo de requeridos, em conjunto, nomeará um árbitro, observados os prazos estabelecidos nas Regras de Arbitragem. Se qualquer árbitro não tiver sido nomeado dentro dos prazos estabelecidos por este Estatuto Social e/ou nas Regras de Arbitragem, conforme aplicável, tal nomeação será efetuada pela Câmara de Arbitragem, mediante solicitação escrita de qualquer das partes, no prazo de quinze (15) dias contados da referida solicitação. Se, a qualquer momento, ocorrer vacância no Tribunal Arbitral, a vaga deverá ser preenchida da mesma forma, e sujeita aos mesmos requisitos previstos para a nomeação original para essa posição. § 3º - A arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde a decisão será proferida, de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil. § 4º - A arbitragem será conduzida em português. Provas documentais no procedimento arbitral podem ser apresentadas em inglês ou em português, e sua tradução para o inglês será obrigatória no caso de apresentação de qualquer prova documental não escrita em inglês. § 5º - A decisão arbitral deverá ser final, não sujeita a recurso e vinculante para as partes, incluindo a Companhia, seus sucessores e seuscessionários, que concordam em cumprir-lhe espontaneamente e renunciam expressamente a qualquer forma de recurso, exceto por pedido de correção de erro relevante ou esclarecimento de incerteza, dúvida, contradição ou omissão de sentença arbitral, conforme previsto no artigo 30 da Lei de Arbitragem Brasileira, exceto, ainda, nos casos do exercício em boa-fé da anulação prevista no artigo 33 da Lei de Arbitragem Brasileira. Se necessário, a decisão arbitral pode ser executada em qualquer tribunal que tenha jurisdição ou autoridade sobre as partes, incluindo a Companhia, seus acionistas e seus ativos. A decisão arbitral incluirá a distribuição de custos, incluindo honorários advocatícios e despesas razoáveis que o Tribunal Arbitral considere adequadas. § 6º - Qualquer parte que, sem base legal, frustre ou impeça a insatuação do Tribunal Arbitral, seja por não ter adotado as medidas necessárias dentro do tempo adequado, ou por forçar as outras partes a adotar em as medidas previstas no artigo 7º da Lei de Arbitragem Brasileira, ou ainda, por não cumprir com todos os termos da decisão arbitral, deverá pagar multa pecuniária equivalente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia de atraso, aplicável, conforme o caso, a partir (a) da data em que o Tribunal Arbitral deveria ter sido instalado; ou, ainda, (b) da data designada para atendimento das disposições da decisão arbitral, sem prejuízo das determinações e penalidades constantes de tal decisão. § 7º - A Companhia, seus acionistas, membros dos órgãos da administração, e membros do Conselho Fiscal estão plenamente cientes de todos os termos e efeitos da cláusula de arbitragem aqui acordada e, irrevogavelmente, concordam que a arbitragem é a única forma de resolução de eventuais litígios decorrentes de e relativos a este Estatuto Social e/ou a ele relacionados. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, a Companhia, seus acionistas, membros dos

órgãos da administração e membros do Conselho Fiscal aqui descritos, podem buscar assistência e/ou mediação judicial, se e quando necessária, para o fim exclusivo de: (a) executar obrigações que admitam, imediatamente, execução específica; (b) obter medidas coercitivas ou cautelares ou procedimentos de natureza preventiva, provisória ou permanente, para assegurar o início da arbitragem ou no âmbito de arbitragem já em curso entre as partes e/ou para assegurar a existência e eficácia do processo arbitral; ou (c) exercer, de boa-fé, o direito de anular a decisão arbitral nos termos do artigo 33 da Lei de Arbitragem Brasileira; ou (d) obter medidas de ofício de natureza específica, ficando entendido que, após o cumprimento dos procedimentos de ofício ou específicos que tenham sido tentados, deve ser devolvida ao Tribunal Arbitral a ser estabelecido ou já estabelecido, conforme aplicável, autoridade plena e exclusiva para decidir todos e quaisquer assuntos, sejam relacionados ao procedimento ou mérito, que tenham originado a medida de ofício ou específica da demanda, com a respectiva suspensão do processo até a decisão original ou final do Tribunal Arbitral. Para as medidas indicadas acima, as partes elegem o foro da comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com a exclusão de qualquer outro. A apresentação de qualquer medida no âmbito dessa cláusula não implica qualquer renúncia à cláusula de arbitragem ou à plena jurisdição do Tribunal Arbitral. § 8º - Todos e quaisquer documentos e/ou informações trocadas por e entre qualquer dos acionistas, entre qualquer acionista e a Companhia, ou qualquer outra parte envolvida no processo arbitral com o Tribunal Arbitral, serão confidenciais. A menos que expressamente acordado de forma diversa pelas partes ou exigido por lei, as partes, incluindo a Companhia, os seus respectivos representantes e suas subsidiárias e afiliadas, e membros dos órgãos da administração e membros do Conselho Fiscal, as testemunhas, o Tribunal Arbitral, a Câmara Arbitral e sua secretaria se comprometem a manter em sigilo a existência, conteúdo e todas as decisões relativas ao procedimento arbitral, juntamente com todo o material nele utilizado e elaborado para este propósito, bem como todos os outros documentos produzidos por outra parte ou pela Companhia durante o processo arbitral, considerados de domínio público - exceto se, e na medida em que tal divulgação seja exigida de uma das partes ou da Companhia nos termos da Lei. Artigo 29 - O presente Estatuto Social entra em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral de acionistas. **Capítulo II - Das Disposições Gerais: Artigo 30 -** Os casos omissos deste Estatuto Social serão resolvidos pela assembleia geral de acionistas, e aplicando-se-lhe as disposições societárias vigentes. São Paulo, 29 de novembro de 2018. **Acionistas: Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia S.A.** - p. Maria Edith Bertoletti Gambá/José Paulo de Almeida Junior - Cargo: Diretores; **GBLP Investimentos e Participações S.A.** - p. Maria Edith Bertoletti Gambá/José Paulo de Almeida Junior - Cargo: Diretores; **Directores: Fleticos: Cesar Corona Nasser; José Paulo de Almeida Junior; Maria Edith Bertoletti Gambá.** Visto do Advogado: **Terena Marcodes Cidade - OAB/SP 234115.** Testemunhas: Nome: Marcos Vinícius Pessin, RG: 36.827.247-3 - SSP/SP; Nome: Camilla Fernanda de Oliveira, RG: 30.283.584-2 SSP/SP - CPF: 337.110.498-26. **JUCESP/NIRE 3536052895-9 e JUCESP n.º 575.151/18-3 em 07/12/2018.** Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

HFIN Participações S.A.
C.N.P.J. nº 19.719.805/0001-00
Relatório da Administração

Aos nossos Acionistas: Em cumprimento à legislação vigente, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da HFIN Participações S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

SÃO PAULO, 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - Em Reais

Ativo	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Circulante	9	9	-	-
Disponibilidade	-	-	-	-
Permanente	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Participações em controlada no país	-	-	-	-
	9	9	-	-
Passivo				
Circulante	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	-	-
Capital de domiciliados no país	2.180.046	2.180.046	2.180.046	2.180.046
Adiantamentos para futuro aumento de capital	44.657.919	16.572.360	44.657.919	16.572.360
Prejuízo acumulados	(46.837.956)	(17.572.360)	(46.837.956)	(17.572.360)
	9	9	-	-

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais

	2018		2017	
	Realizado	Acumulados	Total	
Saldos em 31/12/2016	2.180.046	(2.180.037)	9	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	16.572.360	-	16.572.360	
Resultado do exercício	-	(16.572.360)	(16.572.360)	
Saldos em 31/12/2017	18.752.406	(18.752.397)	9	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	28.085.559	-	28.085.559	
Resultado do exercício	-	(28.085.559)	(28.085.559)	
Saldos em 31/12/2018	46.837.956	(46.837.956)	9	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais

1. Contexto operacional: A HFIN Participações S.A., constituída em 10/04/2008, tem por objeto social a participação societária em empresas legalmente constituídas. 2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras, foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, e demais instruções, quando aplicável. 3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis adotadas para contabilização e elaboração das demonstrações financeiras emanam da Legislação Societária Brasileira.

4. Patrimônio líquido: a. **Capital social:** Em 31/12/2018, o capital social é de R\$ 2.180.046, totalmente integralizado, dividido em 11.977.426 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. b. **Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em decorrência do exposto na nota 6 e considerando que a Sociedade, para fazer face aos referidos pagamentos do programa PERT, não necessita de disponibilização de caixa suficiente para tanto, o Conselho de Administração, da HFIN Participações S.A., controladora da HFIN Participações S/A., em reunião realizada em 22.08.2017 resolveu que iria promover, de tempos em tempos, o devido suprimento de recursos em forma de adiantamentos irrevogáveis para futuro aumento de capital (AFAC), até oportuna capitalização na forma da lei e de seu estatuto social. Até 31.12.2018 foram efetuados R\$ 44.657.919, c. **Dividendos:** Os acionistas têm direito a receber dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. 5. IR e CS: Não houve base de cálculo positiva para o imposto de renda nem para a contribuição social. 6. **Adeção ao programa especial de regularização tributária - PERT:** Conforme deliberado na 50ª Reunião do Conselho de Administração, da HFIN Participações S.A., controladora da HFIN Participações S/A., realizada em 22.08.2017, para que esta controlada aderisse até o próximo dia 29 do corrente ao Programa Especial de Regularização Tributária da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme instituído pela Modificatória nº 763 de 31.05.2017 e posteriores alterações. A medida tem por

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais

	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Outras receitas (despesas) operacionais	(28.085.559)	(16.572.360)	(28.085.559)	(16.572.360)
Impostos REFIN MP 783	(28.085.559)	(16.572.360)	(28.085.559)	(16.572.360)
Prejuízo líquido do exercício	(28.085.559)	(16.572.360)	(28.085.559)	(16.572.360)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais

	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial de caixa	9	9	9	9
Lucro/(Prejuízo) ajustado	(28.085.559)	(16.572.360)	(28.085.559)	(16.572.360)
Saldo operacional	(28.085.559)	(16.572.361)	(28.085.559)	(16.572.361)
Recursos não operacionais	28.085.559	16.572.360	28.085.559	16.572.360
Adiantamentos para futuros aumento de capital	28.085.559	16.572.360	28.085.559	16.572.360
Saldo final de caixa	9	9	9	9

objetivo liquidar a contingência tributária advinda do processo administrativo fiscal nº 10880.723089/2018-27, relativa ao não recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) devidos sobre suposto ganho de capital auferido pela HFIN na ocorrência de incorporação de ações da Sadia S.A. na BRF Foods S.A., operada em 08.07.2009. O valor total da contingência na data-base de 30.05.2017 é de R\$ 62.767.892,94, sendo R\$27.577.776,10 de principal (IRPJ e CSLL), R\$11.293.887,58 da multa exigida isoladamente, R\$16.933.932,08 da multa de 75% e R\$31.962.897,18 de juros sobre o principal e multas. De conformidade com RFP12.912.876, a opção para pagamento pela HFIN deverá ser "à vista" e em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas e o restante liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas.

A Diretoria
Oswaldo Vaz - Registro no CRC-SP 1PR028295/O-4-T

PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 32.161.916/0001-10 - NIRE 35.300.528.603
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 21/12/2018

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 21/12/2018, às 11h, na sede da Pádua IV Participações S.A. ("Companhia"), SP, SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 12º andar, CEP 04534-011, 2. Convocação e Presenças: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei 6.404/1976, em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no Livro de Presenças de Acionistas da Companhia. 3. Mesa: Presidente: André Luiz Helmeister; Secretário: Fernando Alcântara de Figueiredo Beda. 4. Ordem do Dia: Examinar, discutir e deliberar sobre: 4.1. A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, por parte da Companhia e a respectiva escritura de emissão de debêntures; 4.2. A constituição de alienação fiduciária de ações e bônus de subscrição emitidos por Plascar Participações Industriais S.A. como forma de garantia das debêntures; 4.3. A distribuição das debêntures sob o regime de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476; 4.4. A autorização ao agente fiduciário para atuar como procurador da Companhia para promover o registro dos instrumentos de garantia caso a Companhia não o faça; e 4.5. A autorização aos diretores da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e necessárias à realização da emissão e da oferta restrita mencionadas acima, caso aprovados. 5. Deliberações: Instalada a assembleia e discutida a ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas decidiram: 5.1. Aprovar a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, por parte da Companhia, no valor total de emissão de R\$ 449.483.000,00, divididos em 449.483 debêntures de valor nominal de R\$ 1.000,00 cada uma ("Emissão"), conforme as características e condições detalhadas na minuta da Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures ("Escritura de Emissão") que integra a presente ata como Anexo A (1 em 1) e conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 29.01.2019, páginas 8 a 8, e o jornal O Dia SP no dia 29.01.2019, páginas 9 e 10; 5.2. Aprovar, nos termos da Escritura de Emissão, a constituição de alienação fiduciária de ações e bônus de subscrição emitidos por Plascar Participações Industriais S.A., e cessão fiduciária de direitos correlatos, nos termos da Escritura de Emissão anexa, como forma de garantia das debêntures; 5.3. Aprovar que as debêntures serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, a ser realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM conforme determina o artigo 19 da Lei 6.385; 5.4. Autorizar a Simplifac Parvini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário, a atuar, nos limites da Escritura de Emissão, como bastante procurador da Companhia, estritamente nos termos do item 2.5.4 da Escritura de Emissão, para promover o registro dos instrumentos de garantia caso a Companhia não o faça, nos termos dos artigos 653, 684 e §1º do artigo 661 do Código Civil e conforme previsto nos instrumentos de garantia emitidos na Escritura de Emissão; 5.5. Autorizar os Diretores da Companhia a adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da oferta restrita. 6. Encerramento: Foi autorizada pelos acionistas a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei 6.404/1976. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. 7. Assinaturas: Presidente: André Luiz Helmeister; Secretário: Fernando Alcântara de Figueiredo Beda; Acionista: Plascar Participações S.A. (p. André Luiz Helmeister e Paulo Antônio Silvestri). Declaramos que a presente é cópia fiel e original, lavrada em livro próprio. JUCESP nº 44.118/19-3 em 16/01/19. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

CCB BRASIL S/A CRÉDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS
CNPJ/MF: 92.764.489/0001-96 - NIRE: 35300396073
ATA DA 23ª REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA
Realizada em 24 de agosto de 2018

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 24 de agosto de 2018, às 12h00min, na sede social da Companhia, situada na Avenida Paulista nº 1.048, 5º andar, Bela Vista, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. CONVOCACÃO E PRESENCIA: Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. 3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Milto Bardini, e secretariados pelo Sr. Francisco Edênio Barbosa Nobre. 4. ORDEM DO DIA: (a) Deliberar sobre o Estudo Técnico para realização do Crédito Tributário da Companhia; e (b) as Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre encerrado em 30 de junho de 2018. 5. DELIBERAÇÕES: Os Diretores Executivos presentes aprovaram a matéria constante da ordem do dia e tomaram as seguintes deliberações: 5.1. Aprovaram sem ressalvas o Estudo Técnico para realização do Crédito Tributário; e 5.2. Os Diretores analisaram a versão final das Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre encerrado em 30 de junho de 2018, as quais foram disponibilizadas com antecedência, para apreciação, e discutiram sobre as principais variações verificadas nos saldos do Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados do período. Ao final, de forma unânime a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras e autorizou sua divulgação. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 24 de agosto de 2018. (a.a) Milto Bardini - Presidente; Francisco Edênio Barbosa Nobre - Secretário. Diretores Presentes: Milto Bardini // Francisco Edênio Barbosa Nobre // Carlos José Roque. Confira com o original lavrado em livro próprio às folhas 47 e 48. Milto Bardini - Presidente; Francisco Edênio Barbosa Nobre - Secretário; Milto Bardini - Presidente; Francisco Edênio Barbosa Nobre - Diretor; Carlos José Roque - Diretor. JUCESP nº 508.492/18-8 em 18/12/2018. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 - NIRE 35.300.367.596
Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 02/01/2019 às 09h

Ordem do Dia e Deliberações: (i) conformação deliberada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 23/03/2018, a posse do Sr. Luiz Fernando Fogaça, RG nº 13.893.373 SSP/SP e CPF nº 115.469.529-20, com domicílio em Santo André/SP, para ocupar o cargo de Diretor Presidente, diretor estatutário da Companhia. O Diretor foi nomeado para um mandato de dois anos, a partir desta data, podendo ser reeleito. O Diretor ora eleito será empossado no seu cargo de Diretor da Companhia mediante a assinatura do respectivo termo de posse no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, nos termos do Artigo 149 da Lei das S.A., tendo declarado, sob as penas da lei, ter conhecimento das disposições do Artigo 147 da Lei das S.A., preencher os requisitos legais para integrar a Diretoria da Companhia e não estar impedido de exercer cargo administrativo por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos de lei, em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. O Diretor ora eleito fará jus a uma remuneração anual global fixada conforme os critérios da Assembleia Geral da Companhia e pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia. (ii) a reunião recebida nesta data do Sr. Luiz Eduardo Falco Pires Correa, RG nº 6.056.736 SSP/SP e CPF nº 652.425.968-75, domiciliado em Santo André/SP, do cargo de Diretor Presidente da Companhia; e (iii) a renúncia recebida nesta data do Sr. Valtieri Patrani, RG nº 99.001.001-7 SSP-SP e CPF nº 860.625.818-00, domiciliado em Santo André/SP, do cargo de Diretor Presidente da Companhia. A Diretoria da Companhia está autorizada a tomar e ratificar todas as medidas necessárias para implementar as decisões acima. Local e Data: Santo André/SP, 02/01/2019. Leticia Gerard Tavares Malaga - Secretária. JUCESP nº 54.477/19-0 em 23/01/2019. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO
CNPJ - 82.500.855/0001-39
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores associados convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará, em primeira convocação, no dia 20 (vinte) de fevereiro de 2019, às 10h, na Unidade Central, localizada na Rua Álvares Penteado, 151 - Edifício Theobaldos, no Município de São Paulo, para deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, já aprovada por unanimidade pelo Conselho Diretor. Não havendo quórum, a Assembleia se instalará, em segunda convocação, com qualquer número de associados, às 10h30 do citado dia e no mesmo local, para o mencionado fim. Os documentos pertinentes à matéria objeto desta convocação estão à disposição dos associados na sede da Associação. Em conformidade com o art. 35 do referido Estatuto, a Assembleia Geral funcionará com qualquer número de associados, quites com suas contribuições e o gozo de seus direitos. São Paulo, 31 de janeiro de 2019. Renato José Cury - Presidente

O-TEK TUBOS BRASIL LTDA.
CNPJ/MF nº 02.865.153/0001-27
Reunião de Sócios - Edital de Convocação

Na qualidade de administradora da O-TEK TUBOS BRASIL LTDA. ("Sociedade"), convocamos os Srs. Sócios a participarem da Reunião de Sócios da Sociedade, a ser realizada na Cidade de Ipeuna, Estado de São Paulo, na Rodovia Estadual SP 191, Km 86,7, CEP 12537-000, no dia 07 de fevereiro de 2019, às 11 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Alteração da redação do preâmbulo do Contrato Social da Sociedade para fazer constar a incorporação da sócia O-TEK SERVIÇOS PANAMA S/A, pela também sócia O-TEK INTERNACIONAL S/A, com alteração da cláusula de capital social; 2. Inclusão de regras prevendo a exclusão de sócios minoritários (artigo 1.085, Código Civil); 3. Alteração das regras de convocação para reunião de sócios; 4. Alteração e consolidação do Contrato Social, refinando as matérias acima deliberadas. A Reunião de Sócios se instalará em primeira convocação com a presença de sócios que representem ¼, no mínimo, do capital social. Solicitamos que os eventuais representantes legais dos sócios apresentem, na ocasião, procuração com poderes para comparecer e votar todas as matérias da Ordem do Dia. Ipeuna (SP), 30 de janeiro de 2019. Claudia Castro Cano - Administradora.